

Eduardo e Jair Bolsonaro indiciados pela PF

Motivo é a atuação nos Estados Unidos contra o Brasil

Por Karoline Cavalcante

A Polícia Federal indiciou, nesta quarta-feira (20), o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o seu filho, o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), pelos crimes de coação no curso do processo e tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito por meio da restrição ao exercício dos poderes constitucionais. As investigações foram realizadas no âmbito da Ação Penal nº 2668 — que trata sobre suposta tentativa de golpe de Estado após o resultado eleitoral em 2022 —, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF).

Com a conclusão do relatório final, a análise já está sob responsabilidade da Corte desde a última sexta-feira (15). Diante disso, o ministro do STF Alexandre de Moraes determinou que a defesa do ex-presidente preste esclarecimentos, no prazo de 48 horas, sobre os reiterados descumprimentos das medidas cautelares impostas, a reiteração das condutas ilícitas e a existência de comprovado risco de fuga.

Descumprimento

Segundo o material, Bolsonaro teria realizado intensa atividade na produção e propagação de mensagens destinadas às redes sociais, “em clara afronta à medida cautelar anteriormente imposta”. O ex-chefe do Palácio do Planalto já está em prisão domiciliar desde o início do mês, após ter participado, ainda que de forma indireta, de manifestações realizadas no Rio de Janeiro e outras cidades, em 3 de agosto — violando medidas cautelares que o proibiam de se comunicar publicamente,



Lula Marques/Agência Brasil

Bolsonaro é agora indiciado por coação no curso processo a que responde

inclusive por meio de terceiros.

Ou seja, mesmo antes de ficar em reclusão, ele já estava sujeito a diversas restrições, como o uso de tornozeleira eletrônica; recolhimento domiciliar; proibição de contato com embaixadores e autoridades estrangeiras; impedimento de se aproximar de sedes diplomáticas, e veto ao uso de redes sociais, direta ou indiretamente. Além de estar proibido de manter contato com os demais réus e investigados nos processos dos quais faz parte.

Ainda nesta quarta-feira, Moraes autorizou também a realização de busca pessoal e imposição de medidas cautelares — entre elas a proibição de deixar o país e de manter contato com outros investigados — contra o pastor Silas Malafaia, atendendo a uma representação da PF e a manifestação favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR). Ele foi abordado por policiais federais ao desembarcar de voo proveniente

de Lisboa e foi ouvido nas dependências do Aeroporto Internacional do Galeão (RJ).

O pastor também é investigado pelos crimes de coação no curso do processo, obstrução de investigação envolvendo organização criminosa e abolição violenta do Estado Democrático de Direito no desdobramento do inquérito 4995, que apura condutas de Eduardo e Jair, no âmbito da atuação em defesa de sanções dos Estados Unidos ao Brasil.

Eduardo

Eduardo, que se licenciou do mandato em março e passou a viver nos EUA, tem atuado diretamente em favor de penalidades a autoridades brasileiras sob o argumento de denunciar violações de direitos humanos.

Desde que o parlamentar se mudou para o país, o presidente da Casa Branca, Donald Trump (Republicano), já anunciou uma tarifa de 50% em diversos produtos brasileiros, além

de aplicação da Lei Magnitsky — criada para punir violações graves de direitos humanos e casos relevantes de corrupção — contra o ministro Alexandre de Moraes, por alegar que o magistrado promoveu “prisões arbitrárias” e a “supressão da liberdade de expressão”. A inclusão de um indivíduo nessa lista implica, além da revogação do visto e da proibição de entrada em território norte-americano, a restrição de transações com pessoas físicas e jurídicas sediadas nos país norte-americano.

De acordo com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, a materialização está encorpada com diversos diálogos e publicações, “sugestivos da atuação ilícita” de Malafaia, “que aparece como orientador e auxiliar das ações de coação e obstrução promovidas pelos investigados”. Em um deles, chega a ameaçar ministros da Suprema Corte: “A próxima retaliação vai ser contra ministros do STF e suas famílias”.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Marinha do Brasil

Militares dos dois países na Operação Formosa de 2024

Crise com EUA faz Brasil cancelar evento militar

A crise com Donald Trump foi a principal razão para o Ministério da Defesa cancelar a edição 2025 da Operação Formosa, promovida pela Marinha, em Goiás. Como ocorreu no ano passado, o exercício contaria com a presença de militares norte-americanos.

O Correio Bastidores apurou que o desgaste com os Estados Unidos contaminou o contato entre militares dos dois países. Isso, a ponto de o governo brasileiro achar melhor não ter, neste momento, a presença de tropas norte-americanas em território nacional. Militares de outros países participariam do exercício, em setembro. Oficialmente, o cancelamento foi por dificuldades orçamentárias. Desde o dia 11 que tropas da Marinha se deslocavam para Goiás.

Inferiores

Há semanas que militares em cargos de comando sentem os efeitos da crise. Entre os sinais está a decisão dos EUA de passar a mandar oficiais de patentes inferiores para reuniões com brasileiros. Coronéis e capitães de mar e guerra têm substituído oficiais-generais.

Foi pro espaço

Militares norte-americanos também indicaram que poderiam não participar da Formosa. Ontem, a Folha de S.Paulo publicou que os EUA cancelaram a edição deste ano da Conferência Espacial das Américas, que ocorreria em julho, em Brasília, promovida com a FAB.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Planalto cobrou empenho de líder no Congresso

Derrota irrita governo, que responsabiliza Randolfe

A derrota na escolha do comando da CPMI do INSS azedou o humor no Planalto, que havia acordado feliz com a pesquisa Genial/Quaest que consolidou tendência de recuperação da popularidade do presidente Lula. Na tarde de ontem, o governo reclamou da atuação de sua base no Congresso e até do pre-

sidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), chamado às pressas para uma reunião com Lula. O drible tomado da oposição foi atribuído, principalmente, a falhas de articulação do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP). Para o Planalto, sobrou inocência e faltou empenho.

Erro fatal

Para o governo, as lideranças não poderiam ter confiado que a oposição respeitaria o encaminhamento decidido por Motta e pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Até porque os bolsonaristas andam insatisfeitos com o presidente da Câmara.

No ataque

O Planalto alega que a ocupação das mesas das duas casas e o apoio às medidas de Trump foram sinais de que a oposição está pintada para a guerra e não quer dar qualquer trégua para o governo. A ordem agora é catar os cacos e responder na mesma medida.

Jogo duro

Ainda que aponte tendência favorável a Lula, a pesquisa mostra que seu governo tem uma avaliação majoritariamente negativa — 51 de desaprovção contra 46 de aprovação — e que a polarização continua muito forte. Ou seja, não dá para achar que o jogo está decidido.

Resistência

Um dado que chama a atenção do governo é a resistência que enfrenta junto a setores da classe média, com renda familiar entre dois e cinco salários mínimos. Neste grupo, que representa 42% dos eleitores, a avaliação negativa é de dez pontos (era de nove).

Câmara aprova PL da Adultização na internet

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

A Câmara dos Deputados aprovou em regime simbólico, na noite desta quarta-feira (20), o texto base do Projeto de Lei (PL) nº 2628/2022 que estabelece regras para proteger crianças e adolescentes em ambiente virtual, batizado de ECA Digital — o Estatuto da Criança e do Adolescente no mundo virtual.

O texto aprovado é um substituto do relator do projeto na Câmara, deputado Jadyel Alencar (Republicanos-PI), ao projeto original, do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), e cria regras quanto ao uso de redes sociais, jogos virtuais, aplicativos, programas de computador e demais softwares que sejam acessíveis para menores de idade e sejam usados por crianças e adolescentes. Como o texto passou por alterações, ele retorna para ser analisado no Senado.

O texto

O projeto foi aprovado em regime de urgência no plenário da Casa na terça-feira (19), em menos de três minutos. Apesar da rápida aprovação da urgência do projeto, que também ocorreu em votação simbólica, o mesmo não aconteceu na votação do projeto. Isso porque o relator do caso teve um trabalho extra para alterar o texto de forma a garantir que a liberdade de expressão fosse garantida dentro dessa lei — a principal



Motta e Jadyel comemoram aprovação do texto

queixa da oposição contra o texto, que alegava que o propósito seria regulamentar big techs e abria brechas para censura no meio virtual.

O texto determina que as redes sociais terão que vincular contas de crianças às dos responsáveis, alertar sobre os riscos dos usos por uso de crianças e adolescentes, restringir conteúdo que visem atrair público infantil e aperfeiçoar a verificação de idade nessas redes. Em casos de violações, as redes sociais devem denunciar conteúdos de exploração infantil às autoridades competentes, guardar dados relevantes para in-

vestigação dessas autoridades e remover imediatamente os conteúdos ofensivos denunciados, mesmo sem ordem judicial.

O projeto ainda impõe que fornecedores têm o dever de bloquear acesso a produtos e conteúdos impróprios (abuso, violência, jogos de azar, riscos à saúde); limitar a coleta e o uso de dados pessoais de menores; proibir caixas de recompensa (as chamadas loot boxes) em jogos online; e disponibilizar ferramentas de controle parental.

Ao Correio da Manhã, o professor de Direito Digital do Ibmeq Brasília Alisson Possa elogiou o texto aprovado.

“O texto brasileiro busca estabelecer um equilíbrio entre mecanismos técnicos de identificação de usuários, moderação de conteúdo e restrições a modelos de negócio, observando, ao mesmo tempo, os limites impostos por direitos fundamentais, como a proteção de dados pessoais e a liberdade de expressão, especialmente sob a atuação regulatória de um órgão do Poder Executivo”, avaliou o advogado para a reportagem.

Contudo, Alisson Possa ponderou que o equilíbrio legislativo proposto “precisará ser testado em sua efetividade, já que as plataformas digitais ainda não possuem obrigações gerais de transparência quanto a seus modelos de negócio”. “Essa ausência pode dificultar a atuação do Estado na definição de processos específicos e eficazes para o cumprimento da futura legislação”, completou Alisson.

CPI

Do outro lado do Congresso, no Senado Federal, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), leu em plenário dois requerimentos que solicitam a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a adultização de crianças e adolescentes em ambiente virtual. Alcolumbre unificou os requerimentos do senador Magno Malta (PL-ES), e do senador Jaime Bagatoli (PL-RO).